

Debate. Projeto de lei ainda será discutido no Senado, onde deve receber emendas

Estado se mobiliza para reagir à lei do petróleo

AJ10-436

Governador convoca bancada federal para evitar a perda do dinheiro gerado pela produção de pré-sal

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

■ O governador Paulo Hartung convocou os integrantes da bancada federal, os dez deputados e os três senadores, para discutir com eles as ações que deverão ser desencadeadas no Congresso Nacional, objetivando reduzir as perdas dos Estados produtores de petróleo e gás. O encontro do governador com os parlamentares será às 8h30, desta segunda-feira, no Palácio Anchieta.

Ontem ainda, o governador telefonou a alguns parlamentares e pediu que abordassem o tema em seus pronunciamentos na Câmara e no Senado. "Vamos ter que nos mobilizar ainda mais, e não vamos, em hipótese nenhuma, encerrar um tema dessa importância para o futuro do Espírito Santo sem lutar de todas as formas possíveis", destacou.

Hartung quer o apoio da bancada federal para impedir que o projeto de lei do governo federal, que institui o modelo de partilha da produção entre governo e empresas na exploração de petróleo seja aprovado da forma como está. O projeto de lei, que foi modificado para pior pelo relator Henrique Eduardo Alves, retira o dinheiro dos Estados e municípios produtores e o concentra nas mãos do governo central.

"É uma tentativa brutal de centralizar recursos para a União", reclama Hartung. Ele lembra que com a apresenta-

As perdas

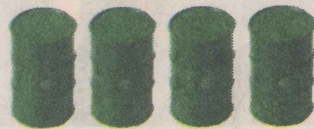
Empresas produtoras, Estados e municípios onde está a exploração perdem muito com a nova Lei do Petróleo. Confira.

Como fica para a empresa que produz o petróleo



Veja uma simulação de perda

Exemplo:



Campo de Roncador
Produção de:
400 mil barris de petróleo por dia em um trimestre

Legislação atual

Royalties 10%

Total	R\$ 364 milhões
Estado Produtor	R\$ 81,9 milhões
Municípios Produtores	R\$ 109,2 milhões

Participação Especial

Total	R\$ 800 milhões
Estado Produtor	R\$ 320 milhões
Municípios produtores	R\$ 80 milhões

Total	R\$ 1.164 bilhão
Estado produtor	R\$ 401,9 milhões (34,5%)
Municípios produtores	R\$ 189,2 milhões (16,2%)
Total	= R\$ 591,1 milhões (50,7%)

Proposta governo/relator

Royalties 15%

Total	R\$ 546 milhões
Estado produtor	R\$ 98,3 milhões
Municípios produtores	R\$ 43,7 milhões

Não há pagamento de participação especial

Total	R\$ 546 milhões
Estado produtor	R\$ 98,3 milhões (18%)
Municípios produtores	R\$ 43,7 milhões (8%)
Total	= R\$ 142,0 milhões (26%)

Perda -73/74%

ção do relatório, ficou claro que não se sustenta o argumento inicial apresentado pelo governo, de maior distribuição de recursos para os Estados do Nordeste. “Agora caiu a cortina, e o que se vê é mais uma tentativa centralizadora de recursos”, desabafou.

Estados e municípios, fri-sou o governador, alocam melhor os recursos que a União. O Espírito Santo, lembrou, “é um exemplo de Estado que investe bem os recursos vindos dos royalties”. Parte do dinheiro dos royalties que cabe ao Estado é utilizada na redução das desigualdades regionais, no pagamento do Bolsa Escola e no pagamento por serviços ambientais.

PERDA BRUTAL

Uma comparação entre a legislação vigente e as novas regras (que ainda não foram aprovadas) mostra que a perda de receita para os Estados e municípios produtores, com a eliminação da participação especial, chega a 73,74%. “Alguma perda é inevitável, mas desse tamanho é inaceitável”, enfatiza o secretário estadual de Desenvolvimento, Guilherme Dias.



“ O projeto é tão ruim que não é razoável que a representação dos Estados produtores possam aprová-lo. Essa proposta precisa ser reequilibrada ”

GUILHERME DIAS

SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

Ele, que na tarde de ontem fez os cálculos para comparar as duas situações, a atual e a futura, confirmou que a perda das regiões produtoras será brutal caso o projeto de lei seja aprovado da forma como relatado. A principal perda para os Estados e municípios produtores vem da eliminação da participação especial que, pode-se dizer, é o filé mignon dos grandes campos petrolíferos.

Para fazer os cálculos, Dias considerou o campo de Roncador, com produção diária de 400 mil barris de óleo. Esse campo tem alta produtividade, similar à de campos do pré-sal. Em um trimestre, a receita gerada no campo de Roncador totalizou R\$ 1,164 bilhão, considerando-se a alíquota de 10% de royalties (R\$ 364 milhões) e R\$ 800 milhões de participação especial.

Com a mudança nas regras de cálculo, sem a participação especial, a receita tem queda de 54% e é reduzida para R\$ 546 milhões em vez de R\$ 1,164 bilhão. A alteração de 10% para 15% da alíquota que incide sobre os royalties não traz compensação nas perdas.

Para minimizar o prejuízo dos Estados e municípios produtores com a eliminação da participação especial, a alíquota incidente sobre os royalties teria que ser, no mínimo, de 40%, constata Dias.

ANP retira blocos de óleo não licitados

■ ■ A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a retirada das áreas ofertadas e não vendidas na 8ª rodada de licitações de blocos de petróleo e gás natural, realizada em 2006 e suspensa pela Justiça. Segundo a agência, a decisão foi tomada para incluir essas áreas na próxima rodada de licitações ainda sem data prevista. A venda das áreas porém ainda depende da elaboração do marco regulatório do pré-sal, segundo autoridades do setor, já que algumas áreas podem fazer parte do cobiçado “cluster” da bacia de Santos.